

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção aborda os pontos de pauta no Congresso após a promulgação da reforma da Previdência, com destaque para a PEC Paralela da reforma da Previdência (PEC 133/2019) e a reforma Administrativa. Também trata da única pesquisa divulgada após a libertação de Lula, que revela que a imagem do ex-presidente melhorou, enquanto a avaliação do governo Bolsonaro piorou.

Medidas polêmicas no Congresso Nacional sofrem resistência

A reforma da Previdência, uma das matérias prioritárias do governo, foi promulgada no último dia 12 de novembro, sem alarde. Apesar de sua importância para o governo, tanto Jair Bolsonaro quanto Paulo Guedes não estiveram presentes na cerimônia de sua promulgação, deixando para o Congresso o ônus de arcar com sua impopularidade.

Já aprovada desde o dia 23 de outubro, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), preferiu aguardar o retorno de Bolsonaro, do vice-presidente, Hamilton Mourão, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) de viagens internacionais para promulgá-la. Mas apenas estiveram presentes na cerimônia Rodrigo Maia, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho e o secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

Os temas que a partir de agora passam a dominar

as discussões no Legislativo são a PEC Paralela da reforma da Previdência (PEC 133/2019) e a reforma Administrativa. Ambas são consideradas bastante polêmicas e sofrem forte resistência entre os deputados. A PEC paralela abre caminho para que estados e municípios adotem as mesmas regras para os servidores. Em votação em primeiro turno, o texto-base da PEC Paralela foi aprovado com 56 votos a favor e onze contra.

Ficaram pendentes de votação quatro destaques, o proposto pelo PT, que visa assegurar 100% da média de contribuições do segurado no caso de aposentadoria por invalidez permanente; o da Rede, para estabelecer um processo progressivo que atenuie as perdas geradas pela alteração no cálculo da média salarial; o destaque do PSDB, que visa garantir o abono permanência para os servidores

públicos que já tenham esse direito, e o do PROS, que pretende suprimir da reforma a idade mínima para aposentadoria especial decorrente de atividade com exposição a agentes nocivos à saúde.

O presidente do Senado marcou a próxima etapa de votação para o dia 19 de novembro. Além de emendas ao texto principal, os senadores também precisam votar a PEC em segundo turno pelo plenário do Senado. Depois disso, a proposta ainda segue para a apreciação da Câmara dos Deputados.

Após a aprovação da reforma da Previdência, o próximo passo do governo é dar andamento à uma série de medidas econômicas. As prioridades giram em torno de três grandes temas: a reforma Administrativa, o pacto federativo e a reforma Tributária.

A reforma Administrativa propõe um novo contingenciamento, com o objetivo de equilibrar as contas públicas e reduzir as despesas obrigatórias do governo, que hoje correspondem a 19,6% do PIB e só em despesas com pessoal e encargos chegam a 4,4%.

Segundo o secretário Especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, o problema não está apenas nas contas do governo federal, estados e municípios também estão muito deficitários. A reforma pretende propor mudanças em carreiras, com redução de conquistas do funcionalismo público. O governo pretende implementar novo plano de cargos e salários e alterar o método de promoção, a partir de produtividade e avaliação de desempenho.

Entre as principais medidas da reforma Administrativa está a contratação dos servidores públicos sem estabilidade, tanto de celetistas (o que é vedado pela Constituição) quanto para funcionários temporários e concursados. A reforma também prevê a simplificação das carreiras do serviço público reduzindo as cerca de trezentas diferentes carreiras para de vinte a trinta, com progressão mais demorada.

O governo afirmou que, a princípio, a medida atingiria apenas os funcionários do âmbito federal, mas após promulgada deve mudar a relação com estados e municípios que têm número exagerado de servidores. A regra prevê ainda a contratação de profissionais do mercado mais experientes em cargos de níveis mais elevados e a redução de salários com proposta de um teto para os cargos de início de carreira.

O governo estuda a possibilidade de manter juízes, procuradores e parlamentares fora da reforma a partir da prerrogativa de não poder tratar de assuntos que dizem respeito a outros poderes. Assim, a reforma Administrativa que se pretende não vai afetar igualmente a todo servidor público, mantendo os privilégios da elite do funcionalismo público por um lado, e por outro, abrindo precedente para a perseguição e demissão por abuso de poder de funcionários públicos que não se alinham ao governo, haja vista a perda da estabilidade que o funcionário público concursado dispõe em seu favor.

A PEC é polêmica e não há consenso ainda em torno da proposta. Deveria ter sido encaminhada ao Congresso junto com o pacote de outras medidas econômicas, mas devido a fortes pressões por parte dos servidores públicos, sobretudo do Judiciário, que possui o maior teto remuneratório, férias de até sessenta dias e vantagens que turbinam o salário, como auxílio-moradia, já foi adiada três vezes. A previsão inicial é que o texto fosse apresentado ainda no final de novembro, mas Bolsonaro sinalizou que pode atrasar.

A tática do governo para acelerar a tramitação das novas medidas e articular politicamente suas aprovações foi mandar parte dos projetos para a Câmara e outra parte para o Senado. A expectativa é que a PEC do Pacto Federativo seja enviada para a Câmara, enquanto o Senado analisará as Propostas de Emenda à Constituição que compõem o Plano Mais Brasil. Os presidentes das casas legislativas, em especial o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, mantém postura semelhante à da tramitação de outras medidas, como a reforma da Previdência: desempenham o papel de atores de veto quando há reação do centrão a pontos específicos das propostas econômicas, vocalizando estas demandas, mas atuam em favor das medidas e do neoliberalismo proposto por este governo.

Plano Mais Brasil

Jair Bolsonaro entregou ao Senado um novo pacote de medidas econômicas, batizado de “Plano Mais Brasil”. São três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tratam de ajuste fiscal no âmbito da União e dos estados e municípios e colocam uma transformação do Estado brasileiro, em várias dimensões.

As PECs apresentadas dizem respeito a um novo pacto federativo, que descentraliza recursos da União para estados e municípios, em um montante de cerca de quatrocentos bilhões de reais nos próximos quinze anos, para serem investidos em saúde, educação, saneamento e segurança. A PEC do pacto federativo muda a repartição de recursos da União, nos moldes já proposto para a repartição dos lucros do pré-sal.

A PEC Emergencial, trabalhada no âmbito da reforma Administrativa, cria gatilhos para redução de despesas com servidores públicos quando houver dificuldade nas contas públicas e estabelece uma série de medidas "de estabilização e ajuste fiscal" para enxugar o orçamento, a serem tomadas nas ocasiões em que o governo descumprir a regra de ouro.

Entre elas está a proibição de concessão de reajuste, aumento ou adequação de remuneração a servidores públicos; de criar cargos ou funções; de alterar estrutura de carreira; de admitir ou contratar pessoal, exceto as reposições que não acarretem aumento de despesa e as decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios; de realizar concurso público; de criar ou expandir programas e linhas de financiamento; de revisar anualmente a remuneração de servidores públicos; entre outras. A PEC também permite que o governo reduza temporariamente a jornada de trabalho dos servidores em até 25%, com diminuição proporcional de salários.

A PEC dos Fundos Públicos prevê a revisão de 281 fundos públicos, a fim de liberar 220 bilhões de reais e reduzir a dívida pública federal dentro da lógica de desvincular, desobrigar e desindexar o orçamento. Os fundos públicos especiais são mantidos por recursos vinculados a receitas específicas, como tributos e royalties. Entre os fundos públicos que podem vir a ser desvinculados ou extintos estão o Fundo Nacional de Cultura e o Setorial de Audiovisual.

As PECs que compõem este plano começam a tramitação pelo Senado, e não pela Câmara, já que tratam de assuntos referentes aos estados da federação

que serão complementadas com a reforma administrativa e com a reforma tributária.

Opinião Pública

A única pesquisa divulgada após a libertação de Lula, no último dia 8 de novembro, foi a realizada pela plataforma Atlas Político, pela Internet, com duas mil pessoas de todo o país, entre os dias 10 e 11 de novembro.

A pesquisa revela que 42% consideram que a prisão de Lula foi injusta e 44% eram contra a prisão do ex-presidente, muito embora 56,5% sejam contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a execução da prisão logo após o julgamento em segunda instância e apenas 29% tenham se posicionado a favor da decisão do STF.

A pesquisa também avaliou o governo Bolsonaro e, pela primeira vez, a avaliação negativa ultrapassou os 40%, chegando a 42%, quinze pontos percentuais a mais do que os que avaliam o governo como positivo (27%), enquanto 30% avaliam o governo como regular.

A pesquisa XP/Ipespe desse mês, ainda que com outra metodologia, mediu avaliação negativa do governo, semelhante em 39 pontos percentuais. Segundo o Ipespe, 32% estão satisfeitos com o governo Bolsonaro e 18% avaliam o governo como regular. Ainda, 46% têm expectativa positiva para o restante do governo e 32% negativa.

Segundo a pesquisa Atlas Brasil, a imagem de Lula é positiva para 41% dos respondentes, mas dois dias depois de deixar a prisão, ainda é ligeiramente superada por Bolsonaro (43%) e Sergio Moro (48%), que depois de ter perdido mais de dez pontos percentuais após as revelações do site The Intercept Brasil sobre a Lava Jato, pela primeira vez tem aprovação inferior a 50%.

Por fim, a pesquisa também avaliou a adesão à democracia e 75% disseram ser contrários a uma ditadura, enquanto 14% são favoráveis e 11% não souberam opinar.